

## 1ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE 12 DE SETEMBRO DE 2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, nos termos estabelecidos no subitem 15.10, torna pública a seguinte retificação ao Edital supracitado, cujas alterações estão a seguir elencadas:

1. No Anexo I, Conteúdo Programático, ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA ADMINISTRATIVA, GRUPO II, **ONDE SE LÊ:**

### ▶ ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(...) Resolução CNMP 181/2011. (...)

### ▶ NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

(...)

Direito Constitucional - Constituição (conceitos, classificação e supremacia); interpretação do texto constitucional; princípios constitucionais; direitos e garantias fundamentais; organização político-administrativa e competências dos entes federados; Administração Pública e servidores públicos; os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o Ministério Público e as demais funções essenciais à justiça; fiscalização contábil, financeira e orçamentária; controle de constitucionalidade; ordem econômica e financeira.

### LEIA-SE

### ▶ ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(...) Resolução CNMP 181/2017. (...)

### ▶ NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

(...)

Direito Constitucional - Constituição (conceitos, classificação e supremacia); interpretação do texto constitucional; princípios constitucionais; direitos e garantias fundamentais; organização político-administrativa e competências dos entes federados; Administração Pública e servidores públicos; os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o Ministério Público e as demais funções essenciais à justiça; fiscalização contábil, financeira e orçamentária; controle de constitucionalidade; ordem econômica e financeira. Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial). Resolução CNMP nº 170/2017.

2. No Anexo I, Conteúdo Programático, ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA PROCESSUAL, GRUPO II, **ONDE SE LÊ:**

### ▶ ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(...) Resolução CNMP 181/2011. (...)

### ▶ DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO CONSTITUCIONAL

(...)

Direito Constitucional - Constituição (conceitos, classificação e supremacia); interpretação do texto constitucional; princípios constitucionais; direitos e garantias fundamentais; organização político-administrativa e competências dos entes federados; Administração

Pública e servidores públicos; os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o Ministério Público e as demais funções essenciais à justiça; fiscalização contábil, financeira e orçamentária; controle de constitucionalidade; ordem econômica e financeira.

## **LEIA-SE**

### **▶ ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

(...) Resolução CNMP 181/2017. (...)

### **▶ DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO CONSTITUCIONAL**

(...)

Direito Constitucional - Constituição (conceitos, classificação e supremacia); interpretação do texto constitucional; princípios constitucionais; direitos e garantias fundamentais; organização político-administrativa e competências dos entes federados; Administração Pública e servidores públicos; os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o Ministério Público e as demais funções essenciais à justiça; fiscalização contábil, financeira e orçamentária; controle de constitucionalidade; ordem econômica e financeira. Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial). Resolução CNMP nº 170/2017.

3. No Anexo I, Conteúdo Programático, TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA ADMINISTRATIVA, GRUPO II, **ONDE SE LÊ:**

### **▶ ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

(...) Resolução CNMP 181/2011. (...)

### **▶ NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL**

(...)

Direito Constitucional - Constituição (conceitos, classificação e supremacia); princípios constitucionais; direitos e garantias fundamentais; organização político-administrativa e competências dos entes federados; Administração Pública e servidores públicos; os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o Ministério Público e as demais funções essenciais à justiça; fiscalização contábil, financeira e orçamentária.

## **LEIA-SE**

### **▶ ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

(...) Resolução CNMP 181/2017. (...)

### **▶ NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL**

(...)

Direito Constitucional - Constituição (conceitos, classificação e supremacia); princípios constitucionais; direitos e garantias fundamentais; organização político-administrativa e competências dos entes federados; Administração Pública e servidores públicos; os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o Ministério Público e as demais funções essenciais à justiça; fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial). Resolução CNMP nº 170/2017.

4. No Anexo I, Conteúdo Programático, OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, GRUPO II,  
**ONDE SE LÊ:**

▶ **ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

(...) Resolução CNMP 181/2011. (...)

▶ **NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL**

(...)

Direito Constitucional - Constituição (conceitos, classificação e supremacia); princípios constitucionais; direitos e garantias fundamentais; organização político-administrativa e competências dos entes federados; Administração Pública e servidores públicos; os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o Ministério Público e as demais funções essenciais à justiça; fiscalização contábil, financeira e orçamentária.

**LEIA-SE**

▶ **ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

(...) Resolução CNMP 181/2017. (...)

▶ **NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL**

(...)

Direito Constitucional - Constituição (conceitos, classificação e supremacia); princípios constitucionais; direitos e garantias fundamentais; organização político-administrativa e competências dos entes federados; Administração Pública e servidores públicos; os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o Ministério Público e as demais funções essenciais à justiça; fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial). Resolução CNMP nº 170/2017.

Os demais itens e subitens do citado Edital permanecem inalterados.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2019.

**José Eduardo Ciotola Gussem**  
Procurador-Geral de Justiça